

# REFORMA AGRÁRIA! DIREITO DE GREVE!

## Folha Socialista

ANO I - 5 de Dezembro de 1948 - N.º 17

EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

PREÇO DO EXEMPLAR: CR. \$ 1,00

**Directores responsáveis:**

Antônio Cândido e

Arnaldo Pedrosa d'Horta

**Governo:**

Febus Gikowate

**Redação:**

Rua do Sé, 237 - 2.º and

Telefone 3-2520

SÃO PAULO — BRASIL

# A QUESTÃO AGRÁRIA

"O FAZENDEIRO DESTROI A PÁTRIA CENTÍMETRO A CENTÍMETRO, EM EXTENSÃO E PROFUNDIDADE". — FORMAM-SE, NO BRASIL, EM CADA GERAÇÃO, NOVAS NAÇÕES, QUE NÃO CONSEGUEM SOLIDEZ HISTÓRICA. — É PRECISO ARRANCAR O HOMEM DO CAMPO DO ABANDONO, DA IGNORÂNCIA E DA MISÉRIA

A CONVENÇÃO ESTADUAL DO Partido Socialista Brasileiro, realizada em Campinas nos dias 2 e 3 de Setembro, resolveu, por unanimidade, dedicar a primeira reunião plenária da Comissão Estadual, eileta na ocasião, ao debate da questão agrária, na base do documento apresentado pelo companheiro Fulvio Abramo. Entretanto, na preparação da Ordem do Dia da reunião plenária, a Comissão Executiva Estadual, tomando em consideração o fato de ser Sorocaba, sede da primeira reunião plenária, um centro eminentemente sindical e de se haverem verificado ultimamente mudanças profundas na situação dos sindicatos (substituição do Ministro do Trabalho, rejeição do Projeto Sindical de Emergência, declaração de várias greves, etc.) resolveu que a discussão da questão agrária se desenvolvesse principalmente sobre o corpo de medidas a serem tomadas pelo Partido Socialista Brasileiro no tocante à questão e acerca das reivindicações mais importantes do homem do campo.

**SITUAÇÃO GEOGRÁFICA**  
RESOLVE SE DESENVOL-  
VED AGRICULTURA PARA  
compreender com clareza a complexidade dos problemas a resolver, é oportuno citar ainda que ligeiramente, as condições geográficas ou geológicas em que se desenvolveu a agricultura entre nós. A maior parte do nosso território apresenta um *facies* geográfico irregular, cheio de morros e pobre de planícies de grandes extensões (que são os melhores terrenos para a agricultura). Isso significa

que os terrenos dedicados à agricultura estão sujeitos a um desgaste rápido (erosão). A agricultura deve limitar-se em grande parte aos vales. Certas culturas arbustivas (café) podem ser cultivadas nas fortes pendentes, sem grande prejuízo. Entretanto, os vales não são suficientes, em geral, para a produção variada exigida pela população. — As características físico-químicas dos solos de nossos territórios são, por sua vez, algo desfavoráveis para a cultura de certas plantas. O cli-

ma calido, a precipitação plu-  
via, e o inadequado dos méto-  
dos agrícolas, têm concorrido  
paralelamente para que esses  
solos se destruam rapidamente,  
perdendo sua camada vegetal  
húmida com grande rapidez.

A citação dessas característi-  
ca feita, neste documento, ape-  
nas para indicar que "condi-  
ções ecológicas" como essas,  
teriam exigido uma atitude  
cuidadosa de proteção do solo  
pelos seus ocupantes.

**OS METODOS DE CULTIVO**  
E A TRADIÇÃO CULTURAL:

No sistema índio de cultura  
(milpa, segundo a denomina-  
ção dada nas regiões de domí-  
nio incaico; roça, na denomina-  
ção portuguesa dos sistemas  
índios locais), destruiu-se a  
terra limpa, plantando-se espe-  
cialmente milho, mandioca, abo-  
bora, etc.) colhia-se e, depois,  
abandonava-se o lugar, reco-  
meçando esse mesmo processo  
mais adiante. Só seis ou sete  
anos depois, voltava o índio  
ao terreno da roça anterior.  
Essa descaça permitia que a  
terra se regenerasse parcial-  
mente, principalmente porque  
os instrumentos de plantio  
eram primitivos, ou seja, uma  
estaca de ponta para perfu-  
rar o solo e depositar a semen-

te e um utensílio em forma de  
facão. Tais utensílios não des-  
truíam a camada vegetal pro-  
tectora (evitava que a chuva  
lavasse o terreno pendente).  
Esse mesmo sistema foi adota-  
do pelos conquistadores. O fa-  
zendeiro paulista não faz outra  
coisa, quando abandona a "Zona  
Velha e muda a sua fazenda  
para a Zona Nova.

Mas o resultado da passa-  
gem pelo fazendeiro de uma  
zona (velha) para outra (nova)  
não é o mesmo que se verifi-  
cava na passagem do índio.  
Porque o desenvolvimento  
agrário levou o fazendeiro  
(e o pequeno proprietário, o  
sitiantes, o arrendatário, etc.)  
a usar meios, instrumentos e  
plantas diferentes das que os  
índios utilizavam. Assim, sub-  
stituiu a estaca perfuradora pe-  
la pá, pela enxada e pelo arado  
barato; procurou ocupar o  
terreno estéril, plantando e so-  
cultivando também nas pen-  
dentes pronunciadas, sem em-  
pregar qualquer método de  
terraceamento; adotou o siste-  
ma da monocultura em caráter  
extensivo, descurando da ro-  
tação de culturas e do neces-  
sário descanso do solo. O re-  
sultado foi o que aparece com  
evidência meridiana a todos:  
As chuvas lavaram o solo des-  
protegido, destruindo a cam-  
ada húmida (fertil) e arr-  
astando-a para os rios; a  
constituição físico-química do  
solo modificou-se no sentido  
de sua inaptidão para a cul-  
tura agrária; a economia  
agrária, privada de seu ele-  
mento fundamental (a terra  
fertil), caeu em decadência.  
Forma-se a saharização do  
território brasileiro. Desapa-  
receram as matas naturais,  
queimaram-se os cafezais que  
se haviam substituído e ficou  
apenas a urca, mal coberta  
com uma camada de hervas  
duras de pouca utilidade in-  
clusiva para a pecuária.

A tradição cultural que her-  
damos, misto de técnica índia  
e ibérica, é responsável em

grande parte pela situação de  
descalabro de nossa produ-  
ção agrária.

**CENTRALIZAÇÃO POLITI-  
CO-ECONOMICA:** — No siste-  
ma político ibérico, o abso-  
luto domínio do governo cen-  
tral (governo da capital) só-  
bre o local (governo do mu-  
nicípio) é em grande parte  
também responsável pela  
imensa miséria e decadência  
das populações do Interior do  
país. O governo central conso-  
na a maior parte da riqueza  
da nação. E dada a corrup-  
ção e a incapacidade dos go-  
vernos brasileiros (assim co-  
mo de toda a América do Sul  
e Central) no tocante à dire-  
ção técnica — administ-  
rativa, esse fenômeno se resolve  
de um lado, num poderoso au-  
xílio ao empobrecimento pro-  
gressivo daquelas populações  
e ao empobrecimento paralelo  
da burocracia de estado  
(transformada em casta po-  
derosa) e das atividades ur-  
banas. Para facilitar o domí-  
nio que exerce, o governo  
central concede aos represen-  
tantes da classe dominante,  
um poder onímodo no Inter-  
ior do país, permitindo que  
o fazendeiro se transforme  
num verdadeiro regulo local.  
Ao mesmo tempo, deve afastar  
a ingerência do povo do  
controle econômico e político.  
Consegue esse objetivo me-  
diante um sistema de abafa-  
mento do poder local (muni-  
cipal). — A supressão total  
das Câmaras municipais no  
tempo da ditadura de Getúlio  
Vargas é uma demonstração  
clara desse método. Atual-  
mente, os municípios têm al-  
guma liberdade de expressão  
e de ação. Através dos mu-  
nicipios, a população do Inter-  
ior tem maiores probabilida-  
des de exercer pressão sobre  
o governo central. Mas essa  
liberdade será limitadíssima  
enquanto o poder permanecer  
nas mãos das classes capita-  
listas.

Cumprir, pois, reforçar o po-  
der municipal e enviar às de-  
esquerda e socialistas.

**ORGANIZAÇÃO CAPITA-  
LISTA DA AGRICULTURA:**  
Todos esses fatores são agra-  
vados pelo caráter de explo-  
ração capitalista da agricul-  
tura. O capitalista (fazendei-  
ro) só produz por interesse  
de lucro. Não lhe interessa,  
pois, inverter muito capital  
(defender a terra contra a  
erosão, procurar a planta mais  
adequada para a sua terra,  
utilizar os meios mais moder-  
(Continua na 3.ª pag.)

## MEDO DO POVO - MAL DA POLITICA BRASILEIRA

CONTRA O AUMENTO DE SUBSÍDIOS AOS DEPUTADOS — "O POVO NÃO É UM BONECO! É A MASSA QUE SE AGITA" — URGE UMA MUDANÇA DA ORIENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO — ATÉ HOJE O GOVERNO SÓ SE UNIU PARA A CASSAÇÃO DOS MANDATOS E PARA O EMPRÉSTIMO A LIGHT

Talvez tenha sido na quinzena inicial de setembro que a bancada socialista da Câmara Federal atingiu o ponto mais alto de sua atuação em 1948. Nove ou representantes do PSB empoleiraram em seu contínuo combate em favor das causas populares e, sobretudo, contra os males do regime capitalista. No entanto, nos primeiros quinze dias de novembro, não só se manteve essa linha de conduta como também, numa peça oratória que poderia ter ficado nos limites habituais de um simples discurso de circunstâncias, o comp. Hermes Lima exprimiu o pensamento profundo dos socialistas sobre o desenvolvimento histórico da política do Brasil desenvolvendo uma análise da vida pública do país que, de futuro, deverá ser consultada não apenas pelos estudiosos teóricos do problema, mas por todos os que desejarem dedicar-se à militância partidária de maneira consciente e esclarecida.

Coube ao mesmo comp. Her-  
mes o grosso das atividades de  
nossa bancada na última quin-  
zena. De fato, já na primeira  
sessão do mês (dia 31, aquele

deputado trouxe a adesão do  
PEB às homenagens postumas  
da Câmara ao sr. Virgílio de  
Melo Franco. Disse, então:  
"O Partido Socialista Brasi-

leiro vem prestar também suas  
homenagens à memória desse  
excepcional lutador, figura de  
relevê da vida pública nacional,  
e um dos homens de vida histó-  
rica de nossa geração, pois  
que a sua conduta o integrou de  
tal maneira no processo revo-  
lucionário que se abriu em  
1930, que dele não se podia  
desligar Virgílio de Melo Fran-  
co, porque é ele propência, co-  
mo uma das moedas propulsi-  
onadoras da sua marcha em di-  
reção aos grandes ideais  
sociais e humanos que agi-  
tam o mundo inteiro e em  
particular, a vida pública  
brasileira".

(Continua na 5.ª pag.)



A ATIVIDADE DO VEREADOR SOCIALISTA DE SANTO ANDRÉ

Luta contra a cassação de Mandatos - Defeza dos trabalhadores e condenação ao pagamento de subsídios

CASSAÇÃO DE MANDATOS

Em nossa estréia na tribuna começamos a nossa modesta carreira política lutando. Denunciamos a injusta manobra de se despejar os comunistas dos cargos que conquistaram pelo voto, nas urnas, e a sua substituição indebita pelos suplentes dos restantes partidos que disputaram o último pleito. Defendemos as duas partes espiadas, os eleitores dos candidatos comunistas, cidadãos livres que perderam seus legítimos representantes escolhidos para os parlamentos municipais. Diga-se de passagem que protestamos sem procuração dos comunistas contra o despejo que sofreram. Aliás, não temos, nós ou o Partido Socialista Brasileiro, qualquer ligação ou muito menos compromissos com aqueles. Falamos defendendo corajosamente direitos políticos asseguradas pela Constituição, único fundamento seguro para a garantia da justiça, da liberdade, dos direitos humanos e da ordem, embora persuadidos da inutilidade de nosso gesto, visando a atenuar e descrédito que a nossa abalada democracia vinha de sofrer.

ENTRONIZAÇÃO DE IMAGEM NA CAMARA

Se em nossa primeira luta combatíamos a injustiça da nossa jurisprudência, na segunda votamos contra uma proposta que afetava os princípios religiosos de grande parte da nossa população que não é totalmente católica-romana. Discutiu-se a intronização da imagem de Cristo no recinto da Câmara. Não concordando apresentamos estas razões: 1. Imagens nos recintos oficiais são restos de uma inexplicável e contraproducente fase teocrática; 2. — ter Cristo entronizado ali é uma coação aos sentimentos dos que só o aceitam espiritualmente e não reconhecem a sua imagem daquela forma; 3. — é coação também aos que não sendo cristãos têm os mesmos direitos destes. deuto do Estado laico, isto é separado da religião. 4. — é desnecessária a entronização de Cristo materializado, sem a virtude divina para converter almas. Cristo imortal, Filho eterno de Deus só tem como trono o coração que a aceita espiritualmente.

Combatemos sózinhos, nesta segunda vez, a violação do texto constitucional que garantindo a separação da Igreja e do Estado não permite o uso de símbolos religiosos dentro dos edifícios públicos onde se ouvem palavras, mentiras, calúnias e improperios.

A terceira participação direita nos trabalhos da Câmara foi para apresentar um projeto de lei, de nossa autoria, em 14 de fevereiro, propondo a oficialização da data de 8 de abril, aniversário da fundação de Santo André da Borda do Campo, por João Ramalho, no ano de 1553; prevendo a atribuição do nome "8 de abril" a um dos logradouros públicos e a ereção de um monumento ao fundador da cidade, bem como preparação dos festejos comemorativos do 4.º centenário de Santo André que ocorrerá em 8 de abril de 1953, incluindo uma exposição agro-comercial e industrial do Município, bem como lançando as bases do Museu Histórico da cidade. Desta forma, procuraremos rememorar as tradições históricas de Santo André, atestadas por documentos e historiadores pátrios, preparar os nossos próximos e gloriosos festejos e homenagear o alcaide-mór, fundador desta terra, pai dos primeiros paulistas pioneiros dos bandeirantes.

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

Em seguida ocorreu-nos a idéia de criar uma Comissão de Planejamento com funções de acessória técnica para colaborar com os vereadores na feitura de projetos, assim como para estudar um plano abrangendo os mais urgentes e necessários serviços, obras e melhoramentos públicos. Este projeto sofreu a incompreensão de muitos, embora já seja uma esplêndida realidade nas principais cidades do Estado e aplicado atualmente em todas as vilas e cidades da Inglaterra com o nome de "plano rural urbano". Tal comissão por meio do seu trabalho evitaria perda de tempo, dinheiro e esforços esbanjados, porque, anulando interesses inconscientes de indivíduos e grupos, planejará as suas obras baseadas em plantas, dados técnicos, cálculos e planos racionais. Todas os bairros e distritos, seriam contemplados com obras e melhoramentos, mesmo aqueles que são esquecidos pela ausência de seus representantes da Câmara

MOVIMENTO SEPARATISTA DE SÃO CAETANO

Em 28 de fevereiro, eclodiu na Câmara, denunciada por nós a questão da autonomia de São Caetano. Alguns nos anatematizam por não termos reprimido o desejo de denunciá-lo. — Porque assim agimos? Respondo que se tratava a mutilação do nosso território, ainda sangrante por motivo do desmembramento de São Bernardo. Tal movimento, uma vez vitorioso, acarretaria o esfacelamento e o desprestígio deste Município, que é o segundo do Estado. Aos vereadores, que têm o dever de zelar pelos interesses do Município, foi por nós solicitado aprovação ou desagravo aos autonomistas. Embora reconhecendo a estes o direito de pleitearem a elevação de São Caetano a município, não lhes reconhecíamos razões, pelos motivos seguintes: 1) — São Caetano tem 10 representantes na Câmara, podendo pleitear e alcançar o que pretende; aliás, embora tendo várias necessidades que reconhecemos São Caetano não estava e não está em situação de inferioridade para com Santo André, no que con-

cerne a melhoramentos públicos, água, esgotos, calçamento. Atualmente estão sendo aplicados naquele sub-distrito cerca de cinco milhões de cruzeiros em calçamento, galerias pluviais e outros melhoramentos. 2) — São Caetano está intimamente ligado a Utinga e Santo André, sendo que esses 3 sub-distritos compõe o distrito da sede municipal. Além disso, a área total de São Caetano, abrange apenas 13 quilômetros quadrados, insuficientes, pois, para expansão satisfatória. Mas, o problema mais difícil para a sobrevivência de São Caetano seria o abastecimento de água que é feito por Santo André, cujas fontes são escassas para o seu próprio consumo e o de São Bernardo.

Eram razões suficientemente fortes para justificar a reação que provocamos e se processou na Câmara de Santo André. A campanha separatista tomou incremento, embora condenada por razões de ordem economi-

simples fato de contrariarmos os seus propósitos. Tentaram capciosamente enxovalhar nosso caráter movidos pelos despeito. Afirmaram que conheciam todos os que votaram em nosso nome em São Caetano, dando a entender que violaram as urnas para constatar os nomes dos eleitores. A todos os insultos respondemos com elevação, sem ataques pessoais, mostrando que idéias só se respondem com idéias, sem ataques pessoais diretos ou indiretos, sem injúrias claras ou veladas. Atitude diferente não poderíamos ter assumido neste caso. Moveu-nos o propósito de valorizar e conservar o que é do Município, preservar a sua integridade territorial, embora reconhecendo que o movimento pró emancipação obedecia à natural impulso de ascensão e processo. E' obvio que em Santos, Campinas ou Ribeirão Preto movimento semelhante a este sofreria igual repulsa dos que amam essas cidades, sua gente e suas tradições, os defensores do seu patrimônio. Porque deveríamos nós assistir indiferentes e emudecidos essa movimento lesivo, separatista, de retalhamento de Santo André? Não nos arrendemos da atitude assumida e permanecemos firmes até mesmo diante da ameaça de agressão que um bondoso e violento colega quase consumou. O caso de São Caetano ao epílogo. Serviu para provar a lealdade, o caráter, a educação e a coerência de muitos membros da nossa Edili-

SUBSTITUTIVO SOBRE A CRIAÇÃO DE UM DEPARTAMENTO RURAL.

Em 19 de junho tivemos a oportunidade de dirigir a nossa atenção para os problemas da zona rural e em harmonia com o Sr. José Insuela, autor de um projeto de criação do Departamento Rural Municipal, apresentamos um substitutivo ao mesmo, o qual se encontra em estudo. A grande virtude do nosso trabalho é prever os meios de colaboração da Municipalidade com os pequenos lavradores, regulamentando a assistência técnica, sanitária, financeira e educacional à população rural, o melhor controle e escoamento da produção agrícola que atingiu, em 1947, cerca de 30 milhões de cruzeiros.

AMPARO AOS TRABALHADORES

Mas nesta hora não de quer saber o que nos foi dado realizar em benefício dos operários que somam no município o total de 35.000. Algo temos a contar, com a grande alegria do dever cumprido. Começamos estudando os problemas do proletariado: suas reivindicações, condições de trabalho; situação econômica, instrução, alimentação e assistência sanitária. Depois de conhecer os problemas procuramos enfrentá-los com as armas disponíveis, iniciando apenas, mas, de uma forma feliz a libertação dos operários, contra a opressão, as injustiças e a prepotência dos capitalistas.

ELEVAÇÃO A COMARCA

Outra questão que agitou a Câmara, simultaneamente com a autonomia, foi motivada por um requerimento solicitando da Municipalidade as providências para pleitear a elevação do Município a comarca. Reconhecendo, embora, que tal medida concorreria para o progresso dos municípios de Santo André e São Bernardo do Campo, demos-lhe voto contrário, em face das circunstâncias do momento, que nos impediram de cumprir uma promessa anteriormente feita. Não compreendíamos como era possível nos preocuparmos com esse problema, estando ameaçados, como ainda estamos, de perder grande parte do nosso território municipal, a cuja defesa tínhamos de empenhar todos os esforços. Por outro lado, ponderamos que estavam bem servidos com os inúmeros cartórios especializados do fórum de São Paulo, a cuja comarca nos honramos de pertencer.



SUBSIDIO INCONSTITUCIONAL AOS VEREADORES

Passamos a falar de uma questão que abalou o povo, a imprensa e até as autoridades: a questão dos subsídios dos vereadores. Resume-se no seguinte: a maioria dos mesmos, embora sabendo que a Municipalidade não havia atingido a arrecadação de CR\$ 25.000.000,00, prevista em lei, para assegurar aos vereadores o direito de receberem remuneração, mas supondo a possibilidade de tal renda neste ano, baseados em previsões positivas, pleitearam por dois modos diferentes o pagamento de subsídios; primeiro por meio de um ato de resolução e, depois, usando um projeto de lei. A primeira forma foi inoperante e a segunda, o projeto de lei, foi vetado pelo Sr. Prefeito, sendo que, posteriormente, a Câmara aprovou o veto, tornando sem efeito a pretensão de vereadores afoitos que haviam comprometido o bom nome de seus pares.

A bancada do Partido Socialista Brasileiro votou contra o pretendido e extemporâneo pagamento por julgá-lo inconstitucional.

(Continua no 2º pag.)





# FRONT OPERARIO A questão agrária...

**FRANÇA** — O governo acaba de vencer uma dupla batalha contra os comunistas, impedindo, de um lado, graças a um acordo, a greve dos portuários, e, de outro, derrotando-os na Assembléa Legislativa. Mas, mais interessante para o movimento operário, é uma notícia, sobre a posição assumida pelos sindicatos não filiados à C.G.T., com referência à participação numa "União Ofensiva de Democracia", promovida pelo Partido Socialista. A União das Confederações Sindicais que agrupa a Força Operária, os sindicatos cristãos e os da União de Quadros, rejeitou esse convite, uma vez que entende que as entidades sindicais devem ser estritamente independentes dos partidos políticos, quaisquer que sejam.

A decisão desses sindicatos vem mostrar o rumo certo para a atividade sindical, independente dos partidos políticos. Para os socialistas, o exemplo da Força Operária é muito significativo, pois, mostra que não é a política do Partido Comunista que deve ser combatida pelos sindicalistas conscientes, mas a política de qualquer partido que procure levar atrás de si as organizações sindicais.

**INGLATERRA** — O Conselho Geral das Trade-Unions inglesas distribuiu um longo comunicado em que adverte os trabalhadores ingleses a respeito da política de envolvimento que os comunistas vêm realizando no meio operário britânico. "Instalando comissões industriais do Partido Comunista nas estradas de ferro, nos transportes, no algodão, na mineração, na marinha mercante e em estabelecimentos industriais e comerciais, através das quais o P.C.I. obtem as informações com as quais estrutura sua política industrial e suas táticas que (...) são contrárias à elaboração de uma política sindical segundo os princípios democráticos". Anuncia-se que o Conselho Geral pretende mover cerrada campanha contra a influência comunista nos sindicatos ingleses.

**ESTADOS UNIDOS** — O Congresso das Organizações Industriais — C.I.O. — pediu, no encerramento dos trabalhos de seu 10.º congresso, que o presidente Truman e o novo congresso democrata eleito revoguem a lei anti-operária Taft-Hartley, fazendo rigorosamente a lei Wagner.

**VENEZUELA** — Num comunicado único e indecisa, os generais da Venezuela justificam seu atentado contra um dos últimos governos democráticos ainda existentes na América Latina. Romulo Gallegos, eleito livremente pelos trabalhadores venezuelanos, foi forçado a deixar o governo sob a pressão das classes armadas, dos comunistas, do clero e da burguesia, porque estava fazendo um governo realmente democrático e popular. A "Acción Democrática", dentro do panorama venezuelano, representava a força mais progressista do país. Partido popular, de orientação esquerdista, havia conseguido vencer os comunistas num pleito limpo e honesto, elegendo a escritora Gallegos para presidente da República.

Ante as ameaças que a democracia estava sofrendo por parte das forças da reação e da contra-revolução, todos os trabalhadores da Venezuela, desde os trabalhadores do campo até os operários da indústria petrolífera, ameaçaram levantar-se na defesa da democracia e de seus direitos. As classes armadas, imediatamente, deram o golpe final na Acción Democrática, depuseram Gallegos, e justificaram sua atitude, como visando salvar a Venezuela dos extremismos e do caos social, já que os trabalhadores iam declarar-se em greve geral e o governo não tomara nenhuma medida preventiva.

No momento em que os trabalhadores da Venezuela caminham ante o golpe combinado da burguesia do clero, dos generais e dos stalinistas, o único apoio que lhes podemos dar — infelizmente — é nossa solidariedade de classe. Aos camaradas da Acción Democrática, enciamos de nossas colunas, esperança de que um dia os trabalhadores da América se unirão para libertá-los da tirania, bem como aos demais companheiros sul-americanos que puderem sob a pressão militarista.

O. S. F.

## Notícia da Itália

No dia 15 do corrente, o Partido Socialista dos Trabalhadores Italianos, que tem como líder o sr. Saragat, con-

cordou em discutir uma eventual fusão das forças socialistas na base de um memorando elaborado pelo sr. Romita, líder da corrente autonomista no seio do Partido Socialista majoritário.

(Conclusão do 1.º pág.)

nos e científicos, defender a saúde de seu trabalhador, proteger o filho deste, dar-lhe instrução, cultura, etc.). Ao contrário, interessa-lhe gastar o menos que pode (daí o abandono de todas essas necessidades) e vender o mais caro possível. — Pouco se lhe dá se destrói o solo, que pertence tanto às gerações vindouras quanto às atuais. O seu patriotismo que exhibe toda vez que deve falar ou agir contra as justas reivindicações de seus trabalhadores, não vai além da defesa dos lucros da próxima colheita. O seu patriotismo, em extensão e em profundidade. Queima, rói, e escarifica o solo agrário enquanto este lhe dá lucros. Depois, quando está definitivamente perdido, para ele e para os seus filhos, netos e bisnetos, abandona-o. Tal é o patriotismo do terratenente, do fazendeiro. — Essa atitude predatória e criminosas, entretanto, não lhe deixa nas mãos todo o lucro que espera. Pois, incapaz como é por tradição, por sub-extrato econômico, conservador e retrogrado (a Secretaria da Agricultura provou em inquerito recente que quase cem por cento dos fazendeiros e pequenos proprietários não aprendem ainda sequer a semear nas épocas mais oportunas) deixa todo o seu lucro nas mãos dos intermediários. Estes, mediante um complicado sistema de monopólio dos escassos meios de transportes (outra prova da ineptidão de nossas classes dominantes) e de meio circulante (créditos) açambarca toda a produção agrária, e de modo tão completo, que ao fazendeiro, ao agricultor em geral não resta senão beijar as mãos de seus exploradores para obter mais créditos. O escorchamento das riquezas nacionais praticado pelos seus detentores (os fazendeiros são os maiores culpados) e o açambarcamento dos lucros da produção agrária pelos intermediários (os comerciantes) lembra essa máxima que os rimãs americanos popularizaram: o crime não compensa. A classe dos proprietários rurais paulista (a estes nos referimos com especialidade) é, pois, inteiramente prejudicial à agricultura. Deve ser incontinentemente substituída na direção da produção agrária. Enquanto não chegarmos a essa realização,

é preciso forçar o fazendeiro a modificar seus métodos econômicos e técnicos e adotar uma atitude social e moral diferente da que manteve até agora perante o povo.

**A BAIXA DENSIDADE DA POPULAÇÃO RURAL:** — Outro fenómeno gravíssimo da situação agrária brasileira (e paulista) é a baixa densidade demográfica da população rural. Colaboram para essa situação as seguintes causas:

a) as dificuldades, o saudosismo e chauvinismo que se opõem à influência de gran-

des e ponderáveis correntes imigratórias;

b) a mortalidade infantil e juvenil, provocadas pela criminosas insensibilidade das classes dominantes do campo pela ignorância das populações rurais, e pela ineptidão e corruptibilidade dos governos municipais, estaduais e central;

c) os níveis baixíssimos de salários ganhos pela população rural;

d) a ausência de qualquer tradição estável (empírico-científica) das populações rurais, em virtude das suas constantes migrações, provocadas, por sua vez pelo abandono das chamadas Zonas Velhas. Essas migrações internas adquirem, atualmente, aspecto alarmante; a maior parte dos habitantes do campo exulam para as grandes cidades industriais; outra parte desloca-se das Zonas Velhas e emigra para o Paraná, Alta Noroeste, Mato Grosso. — As causas citadas produzem como resultado inelutável a INEXISTÊNCIA DE UM MERCADO INTERNO SOLIDO E PONDERAVEL. Esta inexistência provoca, por sua vez, o alternado abandono de certos tipos de cultura, repercutindo-se seus efeitos em súbita escassez de uma série de produtos necessários para a alimentação humana e dos animais domésticos. —

No Brasil, forma-se, na realidade, em cada geração que passa, um certo número de nações novas, nenhuma das quais chega à maturidade de seu desenvolvimento, porque a terra e o homem não são aptos a garantir-lhe uma base econômica durável e capaz de dar-lhe continuidade histórica.

**INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES:** Ligado desde o início a interesses estrangeiros, o desenvolvimento do sistema ferroviário limitou-se à criação de algumas estradas de ferro úteis para o tempo em que foram construídas. Mas, como dissemos no capítulo anterior, a MIGRAÇÃO DE ZONAS DE PRODUÇÃO tornou-se praticamente inúteis, principalmente porque o capital em pregado sempre deu grandes lucros, de maneira a não exigir que o proprietário inglês ou norte-americano aumentasse o serviço para ganhar mais. Os sucessores nacionais das ferrovias estrangeiras agem exatamente da mesma forma. O sistema rodoviário não se desenvolve por falta de combustível e de pressão econômico-política dos municípios (zonas de produção). Em síntese, é o Brasil o segundo país do mundo, a começar pelo fim, em atraso ferro-rodoviário. Esse atraso provoca:

a) o desestímulo da produção;

b) a criação do monopólio da distribuição e da circulação.

As ferrovias e rodovias, no Brasil, por estranha in-

versão de valores, contam-se entre os maiores inimigos da produção agrária.

## CONCLUSÕES

Em conclusão, ao analisar os elementos de estudo da questão agrária, poderíamos fazer as seguintes afirmações:

a) a situação geográfica dos solos brasileiros (especialmente paulista), apresentam a característica de serem passíveis de rápido deterioramento, o que obriga a uma série de medidas legislativas e técnicas) imprescindíveis para conservá-los;

b) os sistemas rudimentares de cultura, herdados por tradição histórica multiplicaram os perigos inerentes à debil contutura do solo, facilitando a fuga de populações de uma zona para outra. Produziu-se a saharização do solo.

c) o governo central e centralizador, a fraqueza do poder municipal, a corrupção da burocracia de estado e o atraso político das populações rurais, transformaram o campo em região abandonada, miserável, culturalmente atrasada e economicamente debil;

d) o tipo de exploração capitalista instaurado no Brasil caracteriza-se por uma atitude predatória do solo e de exploração desenfreada do trabalhador do campo. Após destruir a "pátria" centimetro a centimetro, em extensão e em profundidade, o elemento da classe dominante agrária destrói com igual ferocidade a infância e a juventude de seus trabalhadores. Só se interessa pelo lucro, como capitalista que é, mas sua inepcia total lhe impede apropriar-se dele, pois deve cedê-lo ao intermediário, que o oprime e monopoliza a distribuição e a circulação dos gêneros produzidos. A classe dominante agrária torna-se, pois, inteiramente inútil e prejudicial ao seu próprio desenvolvimento capitalista, assim como ao desenvolvimento geral da sociedade;

e) devido à xenofobia da burocracia de estado, ao seu chauvinismo e à sua corrupção, não cuida o Estado de defender as populações rurais, exploradas e oprimidas pelo fazendeiro assim como não cuida de incentivar as correntes imigratórias; assim como não protege o trabalhador contra o fazendeiro, facilita o processo de abandono periódico de inteiras zonas de cultura. Na realidade, forma-se no Brasil, cada geração, novas nações, que têm um breve brilho para decaírem rapidamente poucos anos após a sua formação. Isso facilita o abandono dos Zonas e impede, assim a criação de um forte mercado interno.

f) os meios de transporte são ridiculamente escassos e as empresas ferroviárias (inclusive e principalmente dos Estado), se tornaram monopolizadoras da circulação a tal ponto que, hoje, se pode afirmar constituir um dos maiores obstáculos da produção e circulação de produtos agrícolas.

(Continúa)

# Luta contra a cassação de mandatos — Defeza dos trabalhadores e condenação ao pagamento de subsídios

Conclusão do 2.º pág.)

## FISCALIZAÇÃO DAS INDUSTRIAS

Verificamos que não há observância às leis sociais trabalhistas pelos industriais, porque os estabelecimentos não são fiscalizados pela Secretaria do Trabalho. Os operários de quase todos os estabelecimentos trabalham sem garantias de segurança, higiene e conforto, expostos a acidentes, cegueira, queimaduras, enfermidades e mutilações em ambientes saturados de pó, sem sol, expostos à humidade, respirando gases deletérios em lugares infectos e perigosos, que os predispe à tuberculose, à estafa prematura e outros graves males. Não é por isso sem razão que milhares se revoltam e procuram filiar-se à ideologia extremista e perigosa em desacordo com as nossas tradições.

É alarmante e estatística de acidentes no trabalho, revelando que aconteceram em média no país, 10.359 por mês, ou seja 415 por dia e 52 por hora, sem contar os acidentes não registrados. A maior parte desses acidentes vem a suceder por falta de segurança no trabalho e poderia ser evitada se houvesse melhor obediência às leis sociais, assim maior como fiscalização das autoridades responsáveis.

Porém, embora quase inacreditável, e averiguamos que o nosso parque industrial, o segundo deste Estado, não dispõe de uma Divisão Regional de Trabalho, quando, entretanto, e Santos, Sorocaba, Taubaté, São Carlos, Baurú, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São Paulo possuem o seu corpo de fiscais do trabalho.

Encaminhou-nos por isso, um pedido à Câmara para que enviasse uma representação às autoridades competentes solicitando para Santo André, imediatamente uma Divisão Regional de Trabalho.

## PROJETO DE REVISÃO DO CÓDIGO DE OBRAS MUNICIPAIS.

Continuando os estudos do problema constatei que no código de obras municipais não existem dispositivos que regulamentem construções industriais e, em consequência, as fábricas não observam os requisitos referentes à iluminação, refeitórios, abastecimento de água potável, lavatórios, vestiários instalações sanitárias e outras importantes exigências para garantia da higiene dos locais de trabalho.

Para sanar estes males apresentamos um projeto de lei que modifica o código de obras e obriga os industriais a obedecerem as leis em vigor, tendo em vista o amparo social, a justiça e a proteção aos trabalhadores.

## RESTAURANTES POPULARES DO "SAPS" E ANEXOS AS FABRICAS.

Outro problema operário que temos procurado enfrentar, é o referente à alimentação. Argumentando na Câmara afirmamos: não poderá haver produção boa se for precário o estado físico do trabalhador que move as máquinas e confere-

na os produtos. A alimentação racional é a fonte principal de energia, produtividade, muito mais do que os fortificantes e injeções. Mas, o problema alimentar é complexo. O abastecimento de gêneros, os salários insignificantes e o tempo disponível para as refeições tornam difícil a função alimentar normal.

Duas soluções encontramos para o problema: 1.º) o fornecimento de refeições por meio de restaurantes anexos às fábricas ou por meio de Serviço de Alimentação e Previdência Social que precisamos conseguir. Levando em consideração a necessidade que temos do restaurante do "Saps" porque ele fornecerá milhares de refeições distribuindo-as nas dezenas de fábricas, cobrando preços ínfimos, propuzemos na Câmara uma representação ao Sr. Ministro do Trabalho, solicitando a sua instalação em Santo André. Só assim resolveremos o problema dos que comem às pressas comida fria, sentados nos terrenos baldios e até nas sarjetas próximas às fábricas, sem conforto algum.

## REGULAMENTAÇÃO DO DESCANSO SEMANAL REMUNERADO.

Dentro da esfera dos interesses dos operários, podemos relatar ainda que, consoante orientação do Partido, tivemos o privilégio de propor na Câmara Municipal um requerimento ao Sr. Presidente do Senado, solicitando a regulamentação do descanso semanal remunerado. Como sabemos, a constituição prevêia o pagamento desse benefício a todos os trabalhadores, mas entretanto, por inércia dos burocratas, e legisladores, milhares de pessoas estão esperando a concretização dessa conquista legal.

Acharam os políticos obstructionistas, a serviço do capitalismo que aquele dispositivo deveria ser regulado por lei ordinária em vez de ter auto-aplicação. Tendo sido votado há cerca de 6 meses, passou à comissão de Finanças do Senado, em cujas gavetas foi ceramemente abandonado: Mas, o Partido Socialista Brasileiro, identificando com as classes trabalhadoras, iniciou uma campanha no sentido de apressar a citada regulamentação que virá solucionar em parte a angustiosa situação econômica do povo. Estão informados de que a nossa Câmara já encaminhou ao Senado o requerimento que apresentamos.

## PARTICIPAÇÃO NO CONGRESSO MUNICIPALISTA.

Cumpre-nos salientar a elevada honra que nos foi concedida por proposta de um nobre colega: a de integrarmos a representação da Câmara de Sto. André enviada ao Congresso Municipalista de Campinas, onde nos foi conferida a distinção de presidente da 2.ª sub-comissão de estudos da função e organização dos municípios. Sem termos podido escrever uma tese à altura daquele conclave, limitamo-nos a

apresentar na pauta dos seus trabalhos 3 contribuições intituladas: "Fiscalização das Indústrias", "Urbanismo" e "Organização do Departamento Rural nas Municipalidades". As duas primeiras foram unanimemente aprovadas e a terceira provocou vivos debates porque afetava os interesses de considerável grupo de congressistas latifundiários presente. Todas essas contribuições deverão ser oportunamente publicadas nos Anais do citado congresso, de acordo com a deliberação do plenário.

Voltando a falar nos trabalhos da Câmara, relaterei o último de minha autoria.

## ATENTADO A LIBERDADE RELIGIOSA

Discutimos e protestamos contra a proposta de um voto de aplauso ao General Dutra por motivo de sua aprovação ao parecer do Consultor Geral da República, exarada no memorial que o cardeal D. Jaime Câmara endereçou aos poderes federais, contra a Igreja Católica Apostólica Brasileira. Pronunciando um discurso justificando o nosso voto contrário, afirmamos que ao Governo não cabia julgar uma questão religiosa, interferindo com parcialidade em uma pendência que interessa tão somente as partes litigantes. Os princípios constitucionais de liberdade religiosa e separação entre a igreja e o Estado, foram brutalmente violados. Não só isso. Tendo o Governo impedido a realização de um sacramento daquela igreja, feriu a liberdade de cultos, contrariando a Constituição que não reconhece ao Estado o direito de embarçar o exercício de culto algum. Taxamos o ato governamental de anti-jurídico e anti-democrático, aliás, semelhante a outros atos antipáticos e condenáveis praticados no terreno político: cassação de mandatos, extinção do Partido Comunista, restrições à imprensa e outros que tais.

Citei juristas católico-romanos e protestantes, salientando Grótius, Francisco Vitória, Jean Bodieu e Marcílio de Pádua, que consideram a liberdade religiosa o mais puro direito Natural, imutável como o próprio Deus, sem atacar a Igreja Romana, mas defendendo os postulados de constituição que garantem direito à Igreja Brasileira.

## Hospital 9 de Julho

Rua Peixoto Gomide, 647

Fone — 6-6565

## CIRURGIA GERAL

ABERTA A TODOS

OS MÉDICOS

Advertindo que aquele gesto do governo poderá ser um perigoso precedente aberto para novas e perigosas manifestações de intolerância, sectarismo e protecionismo, termine prevenindo que se os dissidentes de Roma começam a sofrer embaraços, deve estar reservada coisa pior para os espirituistas, protestantes, judeus e demais religiões... salvo melhor juízo.

## FORA DA CAMARA MUNICIPAL

Fora da Câmara, exercemos estorçada atividade em benefício da coletividade, através da imprensa, Sociedade Cultural, Acro Clube e Centro de Estudos e Defesa do Petróleo.

## INDICADOR PROFISSIONAL

### ADVOGADOS

WILSON RAHAL

ESCRITORIO:

Praca Antonio Prado, 9 - 11.º andar  
Solos, 1107/9 — Fone: 3-4656

RESIDENCIA:

Rua Guararã, 230 — SÃO PAULO

DR. JULIO DE ARAUJO FRANCO FILHO

RUA XAVIER DE TOLEDO, 46  
2.º ANDAR

RENATO SAMPAIO COELHO

RUA CONSELHEIRO CRISPINIANO, 79

5.º Andar - Tel. 6-6053  
SÃO PAULO

MOISÉS GICOVATE

RUA LIBERO BADARO, 314

3.º And. - Sala 305  
Tel. 3-4278  
SÃO PAULO

ADELMAR V. BRANDÃO

ANTONIO COSTA CORREA

RUA FRADIQUE COUTINHO, 303

R. CONS. CRISPINIANO, 79  
5.º Andar - Tel. 6-3013

HIRAM MAYR CERQUEIRA

RUA SÃO BENTO, 200 - 3.º AND.

Telefone: 3-5172  
SÃO PAULO

Drs. Hozair Motta Marcondes e Carlos Nobrega Duarte

Rua Benjamin Constant, 138

3.º Andar - Tel. 2-6652

ALFAIATARIA DEVIVO

CONFECÇÕES FINAS

Edifício Ouvidor

Rua José Bonifácio, 250 - 2.º - S. 25

FONE: 2-1617

São Paulo

## CAMPANHA DO PETRÓLEO

No Centro de E.D. Petróleo que promove uma das maiores campanhas nacionais, defendendo a tese da exploração pelo monopólio estatal e consequentemente combatendo o monstruoso Estatuto do Petróleo e a entrega do petróleo aos trusts internacionais, tivemos a satisfação de falar ao povo afeito Centro de Estatutos. Defesa a vice-presidência da em 7 comícios. Ocupamos no Comissão Executiva.

Congratulamo-nos com a Câmara Municipal pela Resolução do General Dutra que assegura o controle e distribuição do petróleo no Brasil, a instalação de refinarias, a construção de oleodutos, a compra de navios petrolíferos e a pesquisa extração dessa riqueza, tudo isso financiado por capitais brasileiros, ressaltando que tal resolução é fruto genuíno dos Centros de estudo e defesa do petróleo, que continuam alertas até a vitória final.

### MÉDICOS

DR. FEBUS GIKOYATE

Xavier de Toledo, 45 - 3.º

CLINICA DO APARELHO RESPIRATORIO  
RAIOS X

Dr. Kalil Aidar Aun

MEDICO - OPERADOR

Consultorio: R. Boa Vista, 127 - 6.º and.

Dos 2 às 6 horas - Fone: 2-4952

Residencia: R. Maria Figueiredo, 283

Fone: 7-0612 - S. PAULO

Dr. Pericles Maciel

MEDICO

Consultorio: Benjamin Constant 61, 3.º

Telefone: 2-8855

Residencia: Al. Rocha Azevedo, 1052

Telefone: 8-7458

DR. JOÃO PEDRO MATTA

CLINICA GERAL

CONSULTORIO:

Rua Xavier de Toledo, 14 6.º andar

Sala, 618 - Tel.: 4-8310

de 17 às 19 horas - Tels. 51-8206/6-4741

RESIDENCIA:

Av. D. Pedro I, 695 - Tel.: 2-3992

Atendem-se. Chamados a qualquer hora.

### DENTISTAS

DR. OSVALDO ANTÃO

FERNANDES, C. D.

Clinica geral - Infecções dentárias - Cirurgia - Raios X - Dentaduras (com curso Post. Graduado)

Rua Barão de Itapetininga, 139 - 3.º and.

Ap. 2 - Tel.: 4-0027

SÃO PAULO

ANUNCIEM

NA

Folha Socialista



# Medo do povo, mal da política brasileira

(Conclusão do 1.º pág.)

## O IMPOSTO DE CONSUMO

Na sessão do dia 10, volta o comp. Hermes à tribuna para condenar a falta de critério com que se fez a nova regulamentação do imposto de consumo, com que não pode estar de acordo o PSE:

"O Brasil é um país — pelo menos ao que se diz — de escassos capitais, mas de túrcos fabulosos. Os túrcos que as atividades industriais e comerciais proporcionam, e sobretudo proporcionaram desde o início da guerra e continuam neste após-guerra, são túrcos que não encontram paralelo mesmo nos países mais ricos e mais desenvolvidos do ponto de vista capitalista.

"Não há muito tempo. Sr. Presidente, um homem de negócios americano, assinalava que em nosso país há uma prevenção muito grande quanto à atividade dos capitais estrangeiros mas que ninguém atenta para a voracidade do capitalismo nacional, voracidade de esta que podemos constatar nos preços impostos pelos intermediários a toda população brasileira, pois esses intermediários consideram pequenos, e até insignificantes, túrcos de 50% e 100%.

"Um dos espetáculos de exploração do público, hoje, no Brasil, consiste, exatamente, na voracidade com que grande parte do comércio se atira à venda de mercadorias e de utilidades, sem qualquer noção de lucro razoável e sem a menor respeito pelo público consumidor.

"Taxar no país essas túrcos, que podemos chamar de excessivos, e bases dividendos, que podemos, sem medo de errar, qualificar como demasiado grandes, significaria uma defesa da economia popular e um modo de corrigir a extorsão à qual o público se vê submetido, sobretudo nas grandes cidades".

Aproveita, então, a oportunidade para fazer uma crítica violenta e merecida à Comissão Central de Preços, um desses monstros engendrados para "defesa da economia popular", mas, como sempre, destinados a possibilitar a contínua ascensão dos preços, tal como convém aos "condotieri" da exploração que sabem envolver e dominar os órgãos oficiais. Voltando ao projeto sobre imposto do consumo, reafirma:

"O Governo é muito imóvel e muito parado; o Governo planeja mas não sai do papel os seus planos; o Governo lança palavras de ordem, faz promessas, mas não se apressa para ir ao encontro dos problemas. O Governo considera-os de maneira apenas teórica. Aparecem membros da administração e que nos oferecem explicações técnicas administrativas sobre a existência sobre a diminuição da produção sobre isto e aquilo.

"Senhores, o Governo, porém, tem que atender às coisas

para a prática e, por maiores que sejam as dificuldades que a situação ofereça para o controle dos preços, é claro que, se fosse ele mais ativo, mais eficiente, a situação não teria chegado ao ponto em que hoje se encontra".

Continua, profligando o regime de miserabilidade a que se vai submetendo o povo

"A situação do país é uma situação de vida cara Tudo indica que ela irá encarecer mais. O único controle efetivo que até agora houve no país a respeito da utilidade pública, foi a Lei do Inquilinato, isto é, o controle dos aluguéis. Os outros falharam, redondamente".

— e indicava a impotência de um governo tímido e pouco realizador que se defronta com a fina flor da pirataria comercial e industrial, quando o sr. Tristão da Cunha, um dos mais singulares deputados federais, lembra-se de concluir, com base nas afirmações do comp. Hermes Lima, que, sendo o governo Dutra de oração socialista (sic), o orador "apesar de socialista e intervencionista, reconhecia ter o socialismo falhado completamente"... Energico, retruca o deputado do PSE:

HERMES LIMA — V. Ex. tira conclusões que não correspondem ao meu pensamento...

"Se o Governo deseja experimentar como uma direção socialista pode realmente conduzir a resultados muito mais satisfatórios, basta seguir uma política socialista, mas a que ora segue o Governo não é socialista nem coisa alguma; é política desastrosa, que não deve ser confundida com a política socialista. É política empirica sem capacidade para resolver o problema que se lhe apresenta.

"É isso que desejo deixar bem claro. Torna-se necessário, portanto, no momento em que se majora o imposto de consumo, assinalar que a política governamental de controle de preços e de reajustamento do custo de vida falhou..."

"Diante disso incumbe ao Governo... verificar a falha, reexaminar o problema e reestruturar com medidas novas e novo pensamento, essa política fracassada.

"O Governo, portanto, deve seguir outra orientação, criar novo aparelhamento. Não pode insistir no que fracassou. Não pode, por teimosia, permanecer num caminho que está levando o povo ao desespero pelo custo de vida verdadeiramente insuportável que reina, hoje no país".

## O MINISTRO DO TRABALHO

Na sessão anterior, isto é, no dia 11, o comp. Hermes Lima proferiu o discurso a que especialmente nos referimos no texto de hoje. A propósito da substituição

titular da pasta do Trabalho, pediu a palavra, dizendo:

— "Senhor Presidente, tenho hoje oportunidade de comentar as perspectivas que se abrem à vida sindical no país, com a posse do novo Ministro do Trabalho, nosso eminente colega, Deputado Honório Monteiro.

"Examinando a situação política do Brasil, encontramos que um dos aspectos mais obscuros dessa situação é aquele que diz, precisamente com a vida sindical.

"Vai já por três anos, senão mais, que os trabalhadores brasileiros se vêem privados do direito de exercer com inteira liberdade, a atribuição de governarem seus próprios organismos de classe. Sindicatos há que estão sob regime de intervenção há mais de três anos.

"O regime de intervenção tornou-se a regra normal para a vida dos sindicatos que, desta maneira, deixaram de ser os organismos representativos das respectivas categorias profissionais para se tornarem organismos governados por uma burocracia oficial que, se apresenta algumas exceções, de modo geral não está desempenhando seus deveres, porque não os pode desempenhar, visto lhes faltar a confiança dos trabalhadores.

"Direi a V. Exi., Sr. Presidente, que o regime de intervenção, a que foram colocados os sindicatos, não exprime senão um dos aspectos do vício mais profundo da política brasileira, vício que vem desde os tempos coloniais — o medo do povo, o medo do povo organizado, o medo às expressões da vontade popular legitimamente proferidas através dos órgãos que realmente a representam.

A política brasileira, desde a Colônia, é uma política comprometida pelo medo do povo. No Brasil, o povo nunca pôde organizar-se porque a política dominante nunca ajudou o povo a ser organizado, nunca permitiu que o povo tomasse sobre si as responsabilidades cívicas que o regime representativo lhe atribuiu".

Raul Pilla — "V. Ex. tem toda a razão. Parece-me que o medo do povo, a V. Ex. se refere, longe de ir diminuindo, com o tempo, vai aumentando".

HERMES LIMA — "Sem dúvida alguma.

"Bem característico desse medo do povo foi, por exemplo, no Império, a famosa lei de dezembro de 1811, por tantos anos vigente, e que atribuiu à polícia, funções judiciárias e cuja reforma o então Senador Nabuco de Araújo saudou, comovidamente, com um discurso de repercussão histórica no Senado, acentuando que afinal chegara a hora de modificar-se aquela lei, que parecia imutável e não representava outra coisa senão o medo de que o povo se organizasse. Tal

estado de espírito é justificada por uma série de razões, entre as quais a de que o povo não está educado para assumir as responsabilidades e os deveres que as leis lhe atribuem.

"É este aspecto que tem dado à política brasileira o tom artificial que apresenta através da nossa evolução pública, fazendo com que ela, afinal, se reduza a uma série de tramas e cambalachos nos altos postos e nos bastidores oficiais, de modo a trazer para a cena pública as soluções decididas e encontradas nessas reuniões em que o povo não intervém.

Hoje, Sr. Presidente, como assinalava no início do meu discurso o medo do povo se caracteriza de modo particular pelo temor da organização dos trabalhadores no país. Nenhum sindicato se pode reunir sem que a Polícia trema diante da simples convocação de uma assembléia: os operários não podem tomar parte nas sessões, sem estarem vigiados, nem votam livremente, e ainda o resultado dos pleitos é, depois, submetido a exigências de fichas ideológicas da Polícia e aprovação em última instância, do Ministério do Trabalho.

"Depois que se construiu aqui grande massa de trabalhadores e que o mundo entrou no período de agitações e de reajustamento em que se encontra, o medo do povo transformou-se quase que em pânico, dada a forma pela qual os Governos — não este apenas, mas este inclusive — encaram os trabalhadores organizados livremente como sendo fonte de inquietude, desordens, e até de anarquia. É precisamente essa falta de confiança na capacidade cívica do povo brasileiro e, ainda mais, na possibilidade de sua educação que vicia, até a nulidade, a política dominante no país e que a torna tão superficial, transformando-a num sistema de conciliabulos, à revelia do povo, a quem, entretanto, a Constituição atribui o ónus patriótico de pôr em movimento o regime representativo.

"E' que, o povo, entre nós, passou a ser apenas figura constitucional. Pensa-se no povo designado pelos dispositivos da Lei Magna mas não no povo massa viva, movida por reivindicações, que, naturalmente, a levam a atitudes que envolvem agitações perfeitamente explicáveis e condizentes com a própria prática do regime democrático.

Desejaria, neste momento, chamar a atenção do Sr. Ministro do Trabalho para a desastrosa política trabalhista que seus antecessores, até agora, têm seguido à frente da pasta que, em boa hora, lhe foi confiada.

"Espero — porque não posso recusar ao novo Ministro um crédito de confiança, da mesma forma que o concedi ao ex-Ministro Sr. Morvan de Figueiredo — espero que o novo titular da pasta seja capaz de conduzir a política trabalhista do Governo por novos caminhos, que se orientem em novo sentido: o de permitir que os sindicatos livremente se governem; que eles tenham a responsabilidade da direção dos seus próprios negócios. Para

isso, todavia, torna-se necessário que, ao lado de mentalidade democrática, o Ministro tenha confiança no povo, na capacidade do povo se organizar sem espécie alguma de tutela — policial ou ministerial.

"Vejam os nobres colegas o que tem acontecido com o imposto sindical, hoje desmoralizado perante os trabalhadores, que, realmente, o repelem, pela simples razão de que não têm conhecimento de sua aplicação; não há contas a respeito da aplicação desse tributo; ninguém sabe a designação que tem sido dada ao mesmo; ninguém conhece as medidas práticas em que tal imposto vem sendo aplicado; e, ainda mais, o que se sabe é que grande parte, ou sejam 25% do total da arrecadação, vem sendo desviada para a Comissão de Orientação Sindical, que é a polícia secreta do Ministério do Trabalho, encarregada de vigiar, fiscalizar e tutelar os organismos representativos dos trabalhadores".

O orador recebe, então, apertados dos srs. Bastos Tavares e Antonio Silva que trazem apoio às suas palavras, citando novos fatos em favor da tese do representante do PSE. Este prossegue:

"O Sr. Ministro declarou que está disposto a encarar o problema das eleições sindicais com a maior urgência. Nesse sentido, o presidente do Partido Socialista, o nobre Deputado João Mangabeira, apresentou à apreciação da Câmara um projeto de lei sindical de emergência, pelo qual as eleições sindicais seriam imediatamente feitas, sob a presidência da Justiça Eleitoral.

"Apresentou esse projeto o Sr. Deputado João Mangabeira, porque pareceu a S. Ex. mais, como pareceu ao seu partido, que seria demasiado longo esperar pela aprovação do projeto geral da lei sindical, a fim de que essas eleições fossem celebradas, pois deveriam contar com sindicatos dirigidos por diretorias eleitas no regime de liberdade e, por isso mesmo, representativas, para que essas diretorias pudessem colaborar com autoridade nova e mais firme na elaboração da grande lei sindical geral que está na Comissão Mista de Leis Complementares.

"Com grande pesar nosso, vimos que a Comissão de Legislação Social julgou o projeto inoportuno, pois alegou estar em elaboração a lei geral sindical. Não apreendeu, portanto — ou não quis apreender — o pensamento que inspirou o Deputado João Mangabeira, que era o de, desde logo, apresentar os sindicatos com a sua vida representativa regularizada, a fim de poderem colaborar com autoridade nova, realmente aceitável, na feitura definitiva da lei geral, ora em curso no Congresso.

"Admirou-nos ainda, que o Deputado Dâmaso Rocha, no seu voto em separado, alegasse que colocar as eleições sindicais sob o controle da Justiça Eleitoral seria atirar os sindicatos a política".

# A POSIÇÃO DO PSB EM FACE DA SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Está em curso, atualmente, no Partido Socialista, a discussão de qual deve ser a posição do partido em face da situação internacional. O documento que a seguir reproduzimos contém as conclusões aprovadas como sugestão pelo Grupo Profissional n.º 1 da Capital, e por este encaminhadas à Comissão Estadual de São Paulo.

1. — Distinguindo-se ideologicamente do liberalismo capitalista e do capitalismo de Estado, o socialismo condena o imperialismo, seja sob a forma de domínio de mercados, desenvolvida até a primeira Guerra Mundial, seja sob a nova forma de esfera de influências mantidas sob o regime de ocupação militar, servilismo político e sujeição econômica, que se vem revelando nos últimos tempos. Eis porque jamais o socialismo se confundirá com a política de potências, à qual se opôs com todas as suas forças.

2. — Historicamente, as incarnações nacionais do capitalismo privado e do capitalismo de Estado revelaram-se incapazes não só de conviverem numa mesma comunidade internacional, mas também de fugirem aos choques armados que, sistematicamente, nascem de conflitos de interesses. Os esforços para instalar uma autoridade internacional, de jurisdição supra-estatal, frustraram-se, tanto quando se desconheciam os direitos das grandes potências e se fundou a sociedade interestatal numa impossível e indesejada renúncia espontânea à soberania ilimitada — como aconteceu com a SDN. O mesmo está acontecendo hoje, quando se busca limitar a soberania mas teme-se a força das grandes potências às quais se oferecem postos privilegiados — este é o caso da ONU. Por outra parte, mesmo em organismos de exceção, erigidos apenas para possibilitar a partilha do mundo entre os Estados todopoderosos, os choques multiplicaram-se e sequer uma tregua chegou a esboçar-se — tal é a história do "Conse-

lho de Primeiros Ministros", assentado em Ialta, consolidado em Teerã e definido em Potsdam. O capitalismo, quer fundando-se na propriedade privada, quer confiando ao absoluto estatal, possui uma dinâmica que tende ao império universal e, por isso mesmo, o leva a entrar em conflito com todas as forças concorrentes. Só o socialismo, pois, poderá servir de base à organização internacional em prol da paz, pois só o socialismo poderá extinguir o capitalismo privado pela socialização dos meios de produção, e ao planejar essa transformação, conservar os padrões políticos democráticos afim de impedir que o proprietário individual seja simplesmente substituído pelo proprietário estatal.

3. — Consciente de que pode continuar sua tradição, o socialismo repudia os planos de salvação universal oferecidos pela Rússia e pelos Estados Unidos, eis que ambos ignoram os interesses autênticos dos trabalhadores e desprezam o problema da libertação social da humanidade.

4. — Não poderá, pois, o socialismo tomar partido na luta entre o imperialismo norte-americano e o imperialismo soviético; sua única luta continua a ser a luta contra o imperialismo. Se, contudo, a neutralidade pura e simples redundar numa posição comoda mas inócua, a ação dos socialistas, nesse caso, deverá visar só a preservação e ampliação das conquistas até agora alcançadas, único elemento que interessa ao socialismo no chamado "problema internacional contemporâneo" que, na verdade, não passa de uma conjuntura nascida da interpenetração

das crises de evolução de dois sistemas político-econômicos condenados à extinção. Sem que o prenda à crise qualquer compromisso ideológico, o socialismo deve simplesmente encontrar a tática que melhor lhe convém.

5. — Compreende-se que a tática dos socialistas não possa ser uma e a mesma em todo o mundo. No entanto, hoje mais do que nunca, patenteia-se a necessidade de manterem-se internacionalmente ligados todos os militantes, grupos, correntes, partidos, associações e federações associativas socialistas, pois nunca, como hoje, se mostrou tão claro o caráter mundial das lutas políticas. Empenhados, pois, na defesa tática de suas posições e no contínuo desenvolvimento de suas possibilidades de luta, todos os socialistas devem manter a mais estrita fidelidade aos princípios gerais e superiores que os ligam, lembrando-se de que são, propriamente, membros dum grande partido internacional que, por certo, em breve encontrará sua expressão estrutural própria. Não poderá, pois, legitimar-se a tática que ignore a própria realidade socialista.

6. — Compreende-se que os socialistas, em caráter temporário e com objetivos limitados e bem definidos, entrem em aliança com outras forças empenhadas na solução de problemas comuns. A preservação da liberdade de crítica e, sobretudo, da liberdade de ação prática dos socialistas patenteará a legitimidade de tais alianças. Não as justificará, porém, na verdade, a justificação desses acordos temporários e limitados só poderá encontrar-se nos resultados concretos que deles advierem para a causa do socialismo e da liberdade.

## Folha Socialista

### O DIREITO DE GRÉVE

Em sua reunião plenária realizada em Sorocaba, nos dias 6 e 7 de novembro último, a Comissão Estadual do Partido Socialista Brasileiro discutiu, como um dos pontos da ordem do dia, a questão da regulamentação do direito de greve, ora em discussão no Congresso. Após a discussão, foi aprovada uma resolução composta de dez itens, que será encaminhada à Comissão Nacional do Partido, como contribuição dos socialistas de São Paulo, para definição da posição do Partido, através da mesma Comissão Nacional. A resolução aprovada é a seguinte:

1.º — O Partido deve apoiar a regulamentação do direito de greve como um meio de combater a atual situação reacionária e em obediência ao dispositivo constitucional.

2.º — O projeto de autoria do deputado Gurgel do Amaral, de regulamentação do direito de greve, deve ser apoiado como base de discussão porque representa um avanço de sentido liberal em relação à atual legislação, toda ela inspirada pela ideologia fascista.

3.º — O Partido deve ser contrário à proibição da greve nas atividades referentes à segurança nacional, da mesma forma que em qualquer ramo de atividade.

4.º — O Partido deve ser favorável à extensão do direito de greve, de forma expressa, aos empregados de quaisquer categorias e aos funcionários e servidores da União, dos Estados e dos municípios e entidades autárquicas.

5.º — A solução dos conflitos coletivos de trabalho não deve ficar sujeita inteiramente ao arbítrio da Justiça do Trabalho ou qualquer outro órgão judiciário ou estatal. Deve-se admitir a intervenção de tais órgãos apenas com poderes de conciliação e arbitragem.

6.º — O Partido deve ser favorável à extensão do direito de greve por outros motivos que não simples reivindicações econômicas, inclusive a greve de protesto e de solidariedade.

7.º — Nos ramos de atividades básicas, não se deve admitir, na lei, a faculdade de conversão compulsória da greve em dissídio coletivo, mesmo que a continuação da greve acarrete risco de calamidade pública. Nesta última hipótese, deve-se admitir apenas, que os trabalhadores grevistas se obriguem a designar um número mínimo de trabalhadores para permanecerem em serviço, afim de evitar a calamidade pública, assim considerado qualquer acatamento que acarrete risco iminente de perecimento de vidas humanas.

8.º — O Partido deve apoiar o exercício do direito de greve, pelos trabalhadores, sem qualquer pré-aviso aos empregadores.

9.º — As greves de protesto devem ter duração predeterminada pelos próprios trabalhadores.

10.º — A minoria deve submeter-se à maioria, tanto na votação em assembleia, para declaração ou não da greve como na sustentação da greve declarada.

A Comissão Executiva Estadual do Partido foi autorizada a encaminhar a resolução acima à Comissão Nacional, para pronunciamiento definitivo do Partido, bem como a redigir emendas ao projeto Gurgel do Amaral, na forma dos itens aprovados, emendas essas que serão igualmente encaminhadas à Comissão Nacional do Partido, como subsídio.



**TRABALHADORES  
TODO APÓIO AO PARTIDO  
SOCIALISTA!**

## FOLHA SOCIALISTA

FOLHA SOCIALISTA representa um esforço da Comissão Executiva Estadual do Partido Socialista Brasileiro em São Paulo, no sentido de manter vivo um órgão de divulgação não só das posições do partido, como também de todos aqueles fatos que interessam de perto ao desenvolvimento do movimento socialista em geral, bem como ao povo trabalhador. Apesar da dedicação de alguns companheiros, o nosso jornal luta com sérias dificuldades, principalmente de ordem financeira, que não podem ser cobertas pelo Partido, uma vez que ainda não está ele suficientemente desenvolvido a ponto de poder tirar sob sua responsabilidade financeira um jornal como Folha Socialista.

FOLHA SOCIALISTA precisa, entretanto, apesar de todas essas dificuldades, continuar a sair. É uma necessidade não só para o Partido Socialista, mas também para todos aqueles que desejam ter um jornal em que encontrem, sempre, a verdade sobre o que se passa no Brasil e no mundo, fora dos interesses das agências telegráficas e da impre-

sa diária. É dentro desse espírito que apelamos a todos os companheiros e leitores para que ajudem FOLHA SOCIALISTA, já lhe remetendo donativos, já angariando assinaturas para o jornal, já enviando colaborações escritas. Feita para os socialistas de São Paulo e do Brasil, somente com seu auxílio poderá FOLHA SOCIALISTA viver.

**O PARTIDO PRECISA DE SEU TRABALHO, COMPANHEIRO. NÃO É BOM SOCIALISTA QUEM NÃO FOR, AO MESMO TEMPO, UM MILITANTE. TODO COMPANHEIRO TEM O DEVER DE DAR PELO MENOS ALGUMAS HORAS POR SEMANA DE SEUS ESFORÇOS, DE SEUS TRABALHOS, DE SUA ATIVIDADE AO PARTIDO; INUMERAS SÃO AS TAREFAS QUE ESTÃO A AGUARDAR PELO SEU TRABALHO**